

EVASÃO E REPETÊNCIA NA SEÇÃO MASCULINA DO 1º GRUPO ESCOLAR DE CAMPINAS (1928 - 1935)

Silvia Regina Cason
CIVILIS/FE/UNICAMP
silcason@yahoo.com.br

Maria Cristina Menezes
CIVILIS/FE/UNICAMP
menezes.mariacristina@gmail.com

RESUMO

O trabalho discute as marcas deixadas pelos alunos da seção masculina do 1º Grupo escolar de Campinas “Francisco Glicério”, de 1928 a 1935. Os Livros de Matrículas do Arquivo Histórico da instituição revelaram significativo número de repetências nos anos iniciais do curso primário (1º e 2º anos), com eliminações várias e evasões através de abandono silencioso – sem o registro de suas razões. Se por um lado, as *possíveis* causas elencadas não se confirmem; por outro lado, permanecem as possibilidades de investigar a educação campineira nos arquivos escolares que buscamos recuperar e preservar.

Palavras-chave: Grupo escolar. Arquivo escolar. Evasão e repetência escolar.

EVASION AND REPETITION IN THE MALE SECTION OF THE 1ST SCHOOL GROUP OF CAMPINAS (1928 – 1935)

ABSTRACT

The paper discusses the marks left by the students of the male section of the 1st school Group of Campinas "Francisco Glicerio", from 1928 to 1935. Registrations books of the Historical Archives of the institution revealed significant number of repetitions in the early years of primary school (1st and 2nd years) with various evasions and eliminations in a silent abandonment - without the record of their reasons. Even that the possible causes we listed are not confirmed, remain the possibilities to investigate the Campinas education in the school files that we try to restore and preserve.

Keywords: School group. School archive. Evasion and school repetition.

EVASIÓN Y REPETICIÓN EN LA SECCIÓN MASCULINA DEL 1º GRUPO ESCOLAR DE CAMPINAS (1928 - 1935)

RESUMEN

El trabajo discute las marcas dejadas por los alumnos de la sección masculina del 1º Grupo escolar de Campinas “Francisco Glicério”, de 1928 a 1935. Los Libros de Matrículas del Archivo Histórico de la institución revelaron significativo número de repeticiones en los años iniciales del curso primario (1º y 2º años), con eliminaciones varias y evasiones a través de abandono silencioso – sin el registro de sus razones. Si por un lado, las *posibles* causas enumeradas no se confirmen; por otro lado, permanecen las posibilidades de investigar la educación campineira en los archivos escolares que buscamos recuperar y preservar.

Palabras clave: Grupo escolar. Archivo escolar. Evasión e repetición escolar.

ABANDON ET DE REDOUBLEMENT SECTION 1 GROUPE MALE ÉCOLE DE CAMPINAS (1928-1935)

RÉSUMÉ

Ce document examine les marques laissées par les élèves de la section mâle du 1er groupe scolaire de Campinas "Francisco Glicerio" qui sont passés par l'école de 1928 à 1935. Grâce à des données recueillies dans les livres d'inscription des documentaires Archives historiques de l'institution, les tables ont été établis qui a révélé de nombreuses répétitions, des suppressions et des dérobades. Sur les causes indiquées pour ces taux élevés d'exclusion de l'école n'a pas de preuves suffisantes pour les faire valoir en tant réel. Cependant, la recherche apporte indicative des possibilités de recherche sur l'éducation Campinas dans les dossiers scolaires qui visent à restaurer et préserver.

Mots-clés: Groupe scolaire. Dossier scolaire. Evasion et flunking scolaire.

INTRODUÇÃO

A partir da investigação desenvolvida no Arquivo Histórico Documental do 1º Grupo Escolar de Campinas, Grupo Escolar “Francisco Glicério”, foi possível mapear as trajetórias escolares vivenciadas pelos alunos da seção masculina - meninos que estudaram nesta instituição escolar entre os anos de 1928 a 1935.

As fontes inicialmente selecionadas para este estudo, os Livros de Matrículas da seção masculina, não exibiram informações suficientes sobre a vida escolar desses meninos, o que ocasionou a necessidade de consulta a outro documento do Arquivo Histórico do Grupo Escolar “Francisco Glicério¹”, o livro de Registro de Promoções dos Alunos, para se rastrear as trajetórias escolares dessas crianças.

O recorte temporal (1928-1935) se justificou devido aos livros escolhidos constituírem os anos iniciais de uma série documental do Arquivo que abrangia um espaço de tempo sem lacunas, cuja sequência possibilitou acompanhar o desempenho escolar desses alunos durante o tempo em que estiveram matriculados no curso primário² da escola.

Entender o movimento institucional através do viés das Culturas Escolares mostrou-se promissor, em especial, a partir da leitura de Dominique Julia, quando o autor coloca que:

¹Compõe o Arquivo Histórico Documental do Grupo Escolar de Campinas “Francisco Glicério” fundado em 1897, as seguintes séries de documentos: Livro de Matrícula, Livros Ponto, Mapas do Movimento, Livro de Ouro, Folha de Pagamento, Livro de Compromisso, Livro de Registro de Nomeações, entre outros.

²A duração do curso primário nos Grupos Escolares conforme o Decreto 3.858 de 11 de junho de 1925, em seu “Artigo 18”, era segundo o § 1.º - [...] quatro anos de curso nos grupos escolares, [...].

[...] para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos [...]. (JULIA, 2001, p. 10-11).

E da leitura de Antonio Viñao (1995), para quem “[...] la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer” (VIÑAO, 1995, p.69). O que permite atribuir a cada escola uma singularidade capaz de ampliar as possibilidades de estudos no campo da história das instituições, assim:

Puede ser que exista una única cultura escolar, referible a todas las instituciones educativas de un determinado lugar y período, y que, incluso, lográramos aislar sus características y elementos básicos. Sin embargo, desde una perspectiva histórica parece más fructífero e interesante hablar, em plural de *culturas escolares*. [...] Cada establecimiento docente tiene, más o menos acentuada, su propia cultura, unas características peculiares. No hay dos escuelas, [...] exactamente iguales, aunque puedan establecer-se similitudes entre ellas. Las diferencias crecen cuando comparamos las culturas de instituciones que pertenecen a distintos niveles educativos. (VIÑAO, 2006, p. 80).

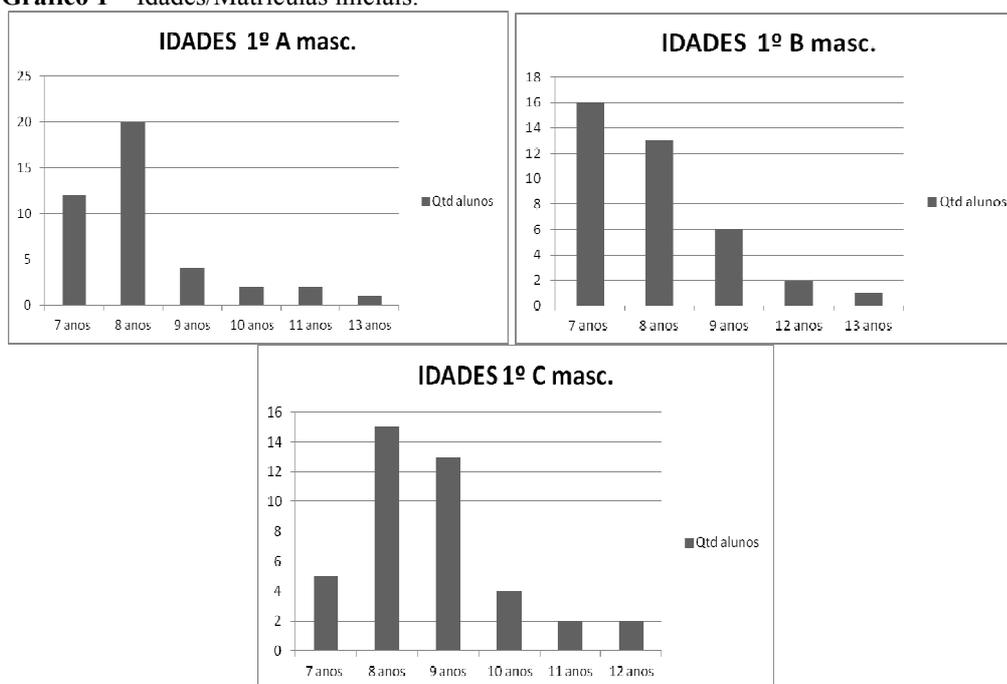
Para esse estudo, considerou-se a articulação com as culturas escolares, uma vez que se detém sobre uma instituição em particular, entretanto, localiza-se em tempo e espaço definidos, carregando os traços do coletivo. A interlocução com outros estudos em diferentes instituições poderia abrir para outras possibilidades de análise e ampliar o quadro explicativo que se busca elucidar.

Ao se empreender o levantamento das informações sobre esses sujeitos escolares - alunos e suas ações conformadoras e instituidoras das culturas escolares, presentes nos livros de matrículas do 1º Grupo Escolar de Campinas “Francisco Glicério”, os dados coletados permitiram organizar gráficos e tabelas, cujos resultados foram divididos primeiramente em duas frentes gerais: a dos alunos que foram reprovados e a dos alunos que foram aprovados, sendo apresentadas a seguir:

OS MENINOS – ALUNOS MATRICULADOS QUE FORAM REPROVADOS - E QUE NÃO CONSEGUIRAM CONCLUIR O CURSO PRIMÁRIO

Gráficos – Idades - seção masc. – 1º A, 1º B e 1º C - (matrículas iniciais)

Gráfico 1 – Idades/Matrículas iniciais.

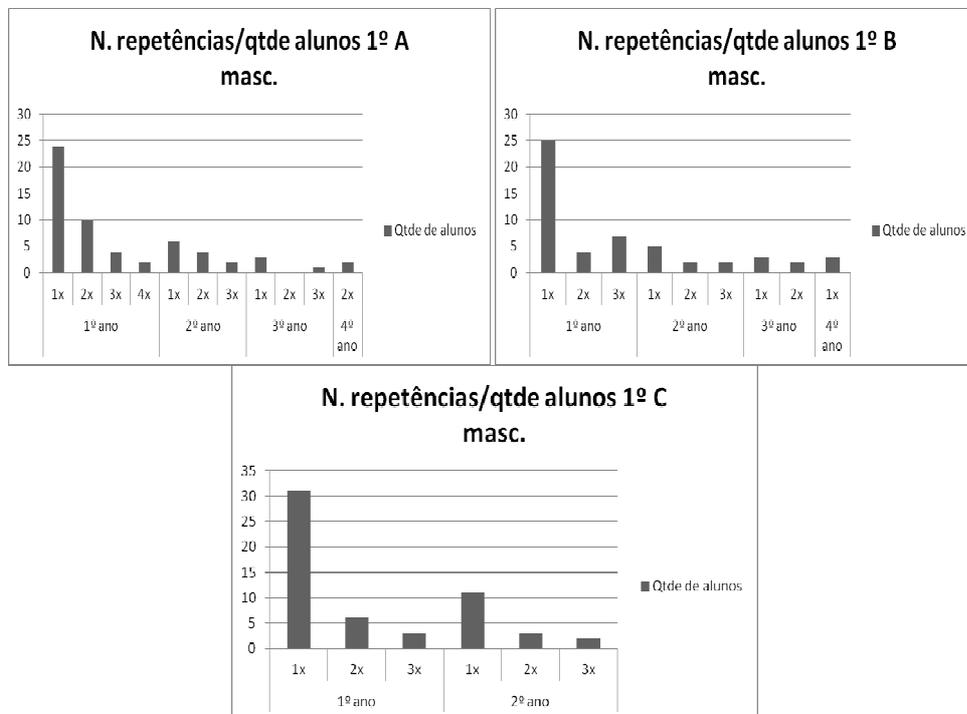


Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Os gráficos acima expressam a presença de alunos com idade de 13 anos, ingressando no 1º ano do curso primário para as turmas do 1º A e 1º B. Ingressaram em idade tardia, sendo este um dos possíveis motivos que justificariam a presença desses alunos nesta categoria – de alunos que não concluíram o ensino primário. É possível observar também que, em maior número, aparecem alunos com idades entre 7, 8 e 9 anos de idade. A presença de alunos com estas idades elimina o fator idade, como possível justificativa para não concluírem o curso, uma vez que se encontravam na idade adequada (de acordo com a legislação que obrigava a frequência de crianças entre 7 e 12 anos), o que já não ocorria aos alunos com 13 anos.

Gráficos – N° repetências – seção masc. 1° A, 1° B e 1° C (matrículas iniciais)

Gráfico 2 – N° Repetências/Matrículas iniciais.



Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Quanto aos gráficos sobre os números de repetências, referentes aos alunos que ingressaram nas três turmas 1° A, 1° B e 1° C, da seção masculina, pode-se observar que no **1° ano**: um grupo de alunos reprovou até 4 vezes; dois grupos de alunos reprovaram até 3 vezes; no **2° ano**: três grupos de alunos reprovaram até 3 vezes. No **3° ano**: um grupo de alunos reprovou até 2 vezes; outro reprovou até 3 vezes; e para o terceiro grupo de alunos não houve reprovadas. No **4° ano**: um único grupo de alunos reprovou 1 vez; outro reprovou 2 vezes e para a turma do 1° C não teve reprovações para o 4° ano. Isto por que, especificamente para essa turma do “1° C - dos repetentes e evadidos da seção masculina”, não houve alunos que cursaram o 3° e o 4° ano do curso. Ou seja, todos os alunos desta lista de nomes, evadiram antes dos anos finais. No entanto, ainda para este mesmo 1° ano C da seção masculina, em seu total geral de matrículas, houve alunos que foram promovidos, e constam em outra tabela, que será vista mais adiante, na parte que trata dos alunos promovidos e diplomados no 1° Grupo Escolar de Campinas - Grupo Escolar “Francisco Glicério”.

Tabelas - Com ano em que o nome não consta dos livros de matrículas – seção masc. 1º A, 1º B e 1º C (matrículas iniciais)

Tabelas 1 - Com ano em que o nome não consta dos livros de matrículas 1ºA/1ºB/1ºC - Matrículas iniciais.

Após os seguintes anos o nome não consta dos livros de matr./qtde alunos 1ºA sec. masc.

ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933
qtde	10	8	2	6	3	2

Após os seguintes anos o nome não consta dos livros de matr./qtde alunos 1º B sec. masc.

ano	1928	1929	1930	1931	1932
qtde	13	1	6	2	1

Após os seguintes anos o nome não consta dos livros de matr./qtde alunos 1º C sec. masc.

ano	1928	1929	1930	1931	1932
qtde	7	7	6	2	0

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

As tabelas acima expressam uma variação nos números referentes aos abandonos entre alunos matriculados no ensino primário. O 1º ano A, com a soma total 31, expressa um valor maior em relação às outras duas turmas, que quase se igualam aos 23 para o 1º B e 22 para o 1º C. Novamente, pode-se perceber que as maiores incidências de abandono estão logo nos primeiros anos do curso, vão diminuindo na proporção em que o número de matriculados também decresce.

Tabelas - Eliminações – seção masc. 1º A, 1º B e 1º C (matrículas iniciais)

Tabelas 2 - Eliminações 1ºA/1ºB/1ºC - Matrículas iniciais.

Eliminações 1º A masc.		
Motivo	Ano	Qtde
Art. 137 a	1928	8
	1929	4
Art. 137, l. a	1928	1
	1930	2
A pedido	1931	1

Eliminações 1º B masc.		
Motivo	Ano	Qtde
Art. 137 a	1928	8
	1929	3
Art. 137, l. a	1928	3
Mudança	1930	1
	1931	1

Eliminações 1º C masc.		
Motivo	Ano	Qtde
Art. 137 a	1928	10
	1929	6
Art. 137 l. a	1928	1
Faltas	1930	1
A pedido	1930	1
Mudança	1930	1
Indisciplina	1931	1
S/informar	1929	1

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Verifica-se, de acordo com as tabelas referentes às eliminações dos alunos do 1º A, 1º B e 1º C da seção masculina das matrículas iniciais, que a maioria ocorria pelo ‘Art. 137 a’, sempre incidindo nos primeiros anos, 1º e 2º do curso, em 1928 e 1929, e com um número significativo de alunos. Embora houvesse eliminações também pelo ‘Art. 137, l. a’, os números eram muito pequenos, e apenas ocorriam para os 1ºs anos do curso em 1928. Em 1929, as eliminações se davam apenas pelo ‘Art. 137 – a’. Entretanto, outros motivos também justificavam as eliminações: ‘faltas’, ‘a pedido’, por ‘mudanças’ e ‘indisciplina’. Todavia, a despeito destes últimos motivos mencionados nas tabelas, os números não são expressivos.

Observamos que, eliminações pelos artigos ‘Art.137 – a’³ e ‘Art. 137, l, a’⁴ não eram eliminações excludentes, apenas afastavam os alunos temporariamente do curso, permitindo o reingresso no mesmo ano e/ou em anos posteriores. Possibilitavam ainda que, ao

³“Artigo 137–a”: De acordo com o Decreto n. 4.101, de 14 de setembro de 1926; em seu capítulo III – Da matrícula, frequência e eliminação dos alumnos - **Artigo 137**. - Serão eliminados da matrícula, além dos que completarem o curso preliminar, os alumnos: **a)** que se despedirem com autorização expressa dos pais ou representantes legais; [...].

⁴“Artigo 137, l.a”. Embora tenhamos empreendido amplas pesquisas nas legislações do período, não foi possível contemplar seu significado neste trabalho. Mas, segundo as análises dos dados coletados, o que se pode perceber sobre ele, é que, também neste tipo de eliminação, o aluno podia retornar ao grupo escolar e retomar seus estudos.

reingressarem, pudessem ser novamente eliminados não só por esses motivos, como também por outros.

Tais ocorrências se explicitarão mais adiante, nas exemplificações dos casos, através das análises das tabelas e dos gráficos.

Eliminações 1º A - seção masculina – matrícula inicial

Tabela 3 - Eliminações pelo 'Art. 137, l. a' e 'Art. 137-a'/ 1º A - Matrícula inicial.

GE "Francisco Glicério"- Campinas				
1º A - Eliminados em 1928 pelo 'Art. 137-a' e 'Art. 137, l. a' que reingressaram (ou não) no curso - seção masculina - matrícula inicial				
nº na matrícula	nome ⁵	motivo	ano do reingresso	ano do curso
1	Aluno Z1	Art. 137-a	1929	1º C
2	Aluno Z2	Art.137, l. a		
3	Aluno Z3	Art. 137-a	1930	1º C
			1931	1º D
4	Aluno Z4	Art. 137-a		
5	Aluno Z5	Art. 137-a		
6	Aluno Z6	Art. 137-a	1930	1º D
7	Aluno Z7	Art. 137-a		
8	Aluno Z8	Art. 137-a	1929	1º A
9	Aluno Z9	Art. 137-a		

Obs.: os anos que não aparecem na tabela, não trazem o registro do aluno no livro de matrícula

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

A tabela referente aos alunos do 1º A – da seção masculina – ingressantes em 1928, eliminados pelo 'Art.137, l. a' e 'Art.137-a' no mesmo ano de 1928, mostra que dois alunos reingressaram no ano seguinte de 1929 no 1º C e 1º A; e dois reingressaram em 1930. Um deles, eliminado pelo 'Art. 137-a', reingressou em 1930, reprovou o 1º ano C e o refez em 1931 na turma do 1º D.

⁵N. As. – Todos os nomes dos alunos neste trabalho foram substituídos por letras e números a fim de se omitir suas identidades.

É importante mencionar o fato de que, todos os eliminados, reingressantes ou não, constavam na matrícula inicial do curso e não conseguiram concluí-lo na instituição pesquisada.

Eliminações 1º B - seção masculina – matrícula inicial

Tabela 4 - Eliminações pelo ‘Art. 137, l. a’ e ‘Art. 137-a’/ 1º B - Matrícula inicial.

G. E. "Francisco Glicério"- Campinas				
1º B - Eliminados em 1928 pelo ‘Art. 137-a’ e ‘Art. 137, l. a’ que reingressaram (ou não) no curso - seção masculina - matrícula inicial				
nº na matrícula	nome	motivo	ano de reingresso	ano do curso
1	Aluno Z10	Art.137, l. a		
2	Aluno Z11	Art.137-a		
3	Aluno Z12	Art.137-a	1929	2º C - matr. Suplementar
4	Aluno Z13	Art.137-a		
5	Aluno Z14	Art.137-a		
6	Aluno Z15	Art.137-a	1929	1º B
			1930	1º B
			1931	2º B
			1933	3º B
			1934	4º
7	Aluno Z16	Art.137, l. a		
8	Aluno Z17	Art.137-a		
9	Aluno Z18	Art.137-a		
10	Aluno Z19	Art.137-a	1930	1º A
			1931	2º A
11	Aluno Z20	Art.137, l. a		

Obs.: os anos que não aparecem na tabela não houve registro do aluno no livro de matrícula

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Conforme a tabela acima, o aluno Z12 (cujo nome consta na matrícula suplementar do livro - aquela que ocorria fora do período regular de matrículas) eliminado pelo ‘Art. 137-a’ reingressou em 1929. No ano seguinte, abandonou o curso, pois seu nome deixou de constar dos livros de matrículas pesquisados. Entretanto, embora tenha sido eliminado no 1º ano em 1928 pelo ‘Art. 137-a’, voltou a constar como matriculado no ano seguinte no 2º ano

na matrícula suplementar. Diante de tal ocorrência, nos interrogamos sobre o que teria acontecido para que tal situação fosse possível. Ou seja, como o aluno foi para o 2º ano, ao ser eliminado no 1º ano, obviamente sem cursá-lo e concluí-lo devidamente? Pode ser que tenha ido cursá-lo em outra instituição, mas não nos foi tangível comprovar tal suposição.

Ainda referente a esta tabela, o aluno Z15 reingressante em 1929, refez o 1º ano em 1930, foi promovido para o 2º ano em 1931, foi para o 3º em 1933, e depois para o 4º ano em 1934. No entanto, o nome do mesmo não foi localizado no livro de matrícula em 1935 (e por curiosidade, tampouco em 1936). Como no livro de matrícula de 1934, ano em que ele cursou o 4º ano, não há o registro de promovido ou reprovado para os alunos ali constantes, e nada apareceu nas fontes confrontadas, novamente ficou sem resposta a questão: Esse aluno concluiu ou não o curso primário? A ausência de provas tanto para o sim quanto para o não, impossibilita-nos afirmar qualquer uma das condições: promovido ou conservado⁶? O aluno Z19 apenas reingressou em 1930, sendo promovido e cursando o 2º ano do curso em 1931. Porém, abandonou-o logo em seguida, sem concluí-lo.

Eliminações 1º C - seção masculina – matrícula inicial

Tabela 5 - Eliminações pelo 'Art. 137, I. a' e 'Art. 137-a'/ 1º C/Matrícula inicial.

G. E. "Francisco Glicério"- Campinas				
1º C - Eliminados em 1928 pelo 'Art. 137-a' e 'Art. 137, I. a' que reingressaram (ou não) no curso - seção masculina - matrícula inicial				
nº na matrícula	nome	motivo	ano de reingresso	ano do curso
1	Aluno Z21	Art.137-a		
2	Aluno Z22	Art.137-a	1929	1º C
			1930	1º C
			1931	2º A
3	Aluno Z23	Art.137-a		
4	Aluno Z24	Art.137-a		
5	Aluno Z25	Art.137, I. a		
6	Aluno Z26	Art.137-a		
7	Aluno Z27	Art.137-a		
8	Aluno Z28	Art.137-a		
9	Aluno Z29	Art.137-a		

⁶N. As. - "Conservado" é uma terminologia utilizada nas fontes consultadas. Neste estudo, optamos por mantê-la. Significa que o aluno ficou retido no ano do curso em que estava matriculado.

10	Aluno Z30	Art.137-a		
11	Aluno Z31	Art.137-a		

Obs.: os anos que não aparecem na tabela não houve registro do aluno no livro de matrícula

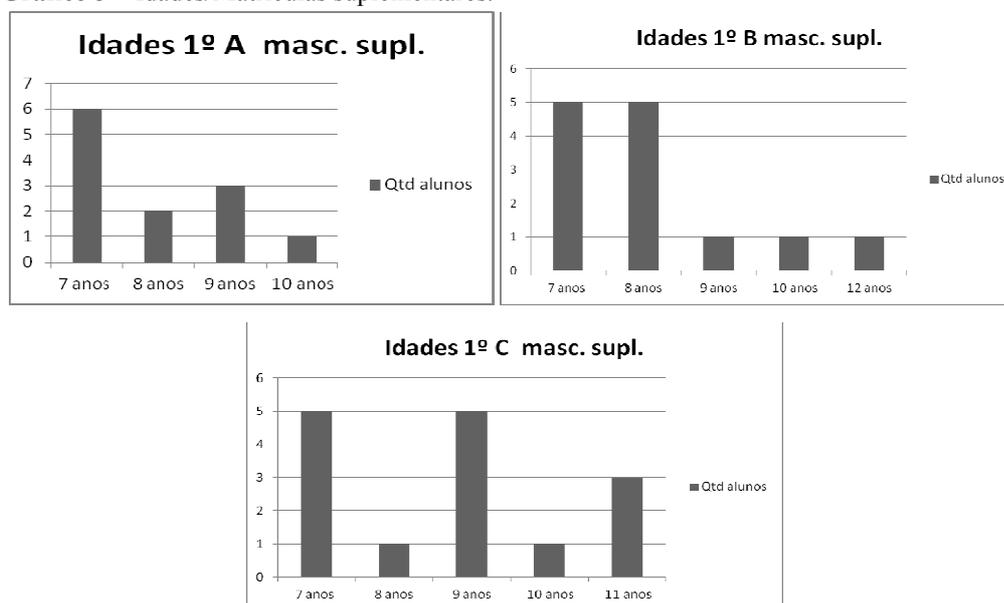
Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Quanto aos alunos do 1º C, referentes à tabela acima, ingressantes em 1928 e eliminados pelo 'Art. 137, l. a' e 'Art. 137-a', em 1928, apenas um aluno eliminado pelo 'Art. 137-a' reingressou em 1929, repetindo o 1º ano do curso em 1930 e cursando o 2º ano A em 1931. O aluno não concluiu o ensino primário (na instituição), uma vez que o nome do mesmo não consta nos livros de matrículas dos anos seguintes.

Matrículas Suplementares

Gráficos – Idades - seção masc. – 1º A, 1º B e 1º C - (matrículas suplementares)

Gráfico 3 – Idades/Matrículas suplementares.



Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Os gráficos acima mostram que as idades variavam para estas turmas de 7 a 12 anos, e estavam em acordo com o que prescreviam os Decretos⁷ antes e após a reforma de 1920.

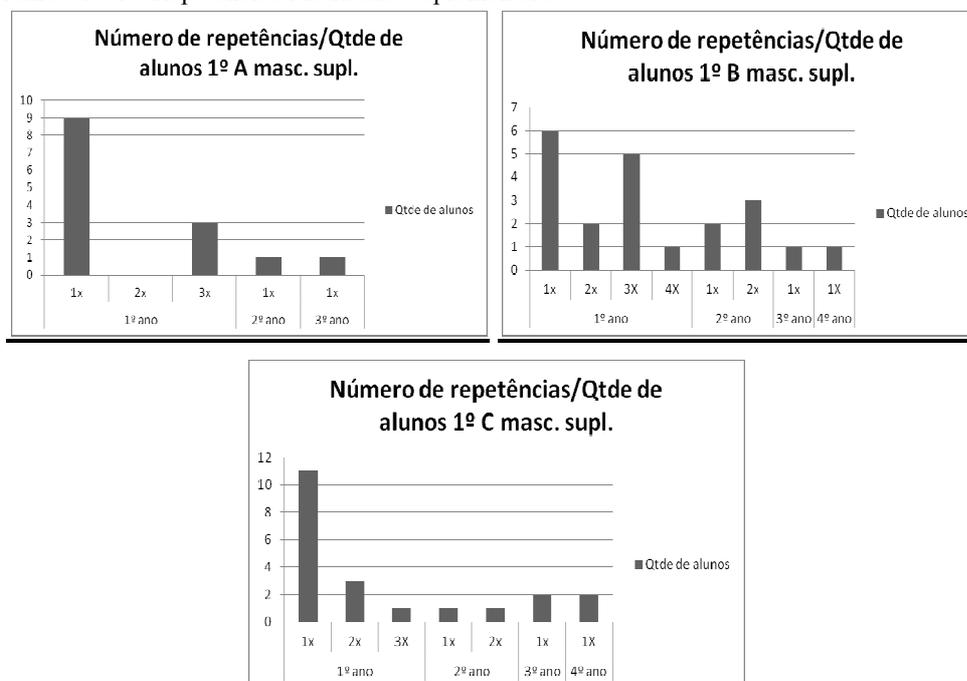
⁷ O Decreto n. 248, de 26 de julho de 1894, diz no Capítulo VII DA MATRICULA E FREQUENCIA DA ESCOLA **Artigo 59.** - E' gratuita a frequencia das escolas preliminares do Estado, sendo facultada a matricula a todas as creanças, indistinctamente, com as seguintes restricções : E' impedida a matricula. 2.º) Dos menores de seis annos, ficando ao prudente arbitrio dos professores determinar a edade até á qual seja licito ao alumno

As análises para o 1º ano A revelam, ainda, a presença de um número maior de crianças com 7 anos, já no 1º B havia uma maior incidência de alunos com 7 e 8 anos e o 1º ano C, distintamente, traz uma maioria de alunos com 7 e 9 anos.

Convém observarmos que para as turmas referentes às matrículas suplementares o número de alunos matriculados é invariavelmente pequeno, se comparado ao número de alunos matriculados regularmente nas matrículas iniciais. Razão pela qual a quantidade de alunos nesses gráficos é sempre menor, entretanto, mesmo com números reduzidos os dados são tão reveladores quanto ao das matrículas iniciais.

Gráficos - Nº de repetências – seção masc. 1º A, 1º B e 1º C (matrículas suplementares)

Gráfico 4 – Nº Repetências/Matrículas suplementares.



Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

De acordo com os gráficos acima, as repetências ocorreram para o **1º ano**: até 3 vezes para dois grupos de alunos e até 4 vezes para o terceiro grupo de alunos. Para o **2º ano**: ocorreu 1 vez para um aluno e até 2 vezes para dois grupos de alunos. Para o **3º ano**: 1 vez para três grupos de alunos. Para o **4º ano**: não ocorreram reprovas para um grupo de alunos

frequentar a escola, sem quebra de disciplina, nunca, porém, além dos 16 anos, salvo tratando-se de escolas mixtas, das quaes serão eliminados os meninos logo que atinjam á idade de 10 anos; e o decreto 3.858 de 11 de junho de 1925, diz em seu (Artigo 18, § 2.º - O ensino primário é obrigatório e gratuito para as crianças de ambos os sexos de 7 a 12 anos de idade).

(visto que, os alunos promovidos deste grupo de alunos constam em outro gráfico, conforme já explicado anteriormente) e ocorreu 1 vez para dois grupos de alunos. Para os alunos tabulados neste item, mediante tantas reprovações e muitas desistências a cada ano, nenhum desses alunos conseguiu concluir o ensino primário no Grupo Escolar “Francisco Glicério”, de Campinas.

Tabelas - Com ano em que o nome não consta dos livros de matrículas – seção masc. 1º A, 1º B e 1º C (matrículas suplementares)

Tabelas 6 - Com ano em que o nome não consta dos livros de matrículas 1ºA/1ºB/1ºC - Matrículas suplementares.

Após os seguintes anos o nome não consta dos livros de matr./qtde alunos 1ºA masc. supl.

ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933
qtde	4	0	3	0	0	0

Após os seguintes anos o nome não consta dos livros de matr./qtde alunos 1ºB masc. supl.

ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933
qtde	3	2	2	2	2	0

Após os seguintes anos o nome não consta dos livros de matr./qtde alunos 1º C masc. supl.

ano	1928	1929	1930	1931	1932	1933
qtde	6	1	1	0	2	0

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

As tabelas acima mostram que as **evasões** ocorriam em maior número nos primeiros anos do curso, com decréscimos que não seguem uma regra de continuidade. A primeira inicia-se com um número de alunos maior, na sequência, não ocorrem, depois diminuem em relação ao primeiro ano, e novamente não ocorrem. A segunda diminui apenas um número após o primeiro ano e assim se mantém até o penúltimo ano, tornando-se nulo no último. E para a terceira turma o número de alunos decai consideravelmente após o primeiro ano, torna-se nulo no quarto momento, volta a ocorrer com um número pequeno e desaparece.

Tabelas Eliminações – seção masc. 1º A, 1º B e 1º C (matrículas suplementares)

Tabelas 7 - Eliminações 1ºA/1ºB/1ºC - Matrículas suplementares.

Eliminações 1º A masc. supl.		
Motivo	Ano	Qtde
Art. 137 a	1928	6

Eliminações 1º B masc. supl.		
Motivo	Ano	Qtde
Art. 137 a	1928	1
	1929	1
Mudança	1930	1
	1931	1

Eliminações 1º C masc. supl.		
Motivo	Ano	Qtde
Art. 137 a	1928	4
	1929	1

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Em relação às tabelas de eliminações, há ocorrências nos primeiros anos pelo ‘Art. 137 a’ para as três turmas de 1º anos. É fácil observar que incidem nos dois primeiros anos - 1928 e 1929. Outro tipo de eliminação também aparece nas tabelas: por ‘mudanças’. Eliminações desse tipo ocorreram duas vezes em anos seguidos e somente para dois alunos.

Eliminações 1º A - seção masculina – matrícula suplementar

Tabela 8 - Eliminações pelo ‘Art. 137, I. a’ e ‘Art. 137-a’/ 1º A - Matrícula suplementar.

G. E. "Francisco Glicério"- Campinas				
1º A - Eliminados em 1928 pelo ‘Art. 137-a’ e ‘Art. 137, I. a’ que reingressaram (ou não) no curso - seção masculina - matrícula suplementar				
nº na matrícula	nome	motivo	ano de reingresso	ano do curso
1	Aluno Z32	Art.137-a		
2	Aluno Z33	Art.137-a		
3	Aluno Z34	Art.137-a		
4	Aluno Z35	Art.137-a	1929	2º C

5	Aluno Z36	Art.137-a		
6	Aluno Z37	Art.137-a		

Obs.: os anos que não aparecem na tabela não houve registro do aluno no livro de matrícula

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Conforme a tabela acima, referente ao 1º A dos alunos ingressantes em 1928, eliminados neste mesmo ano pelo ‘Art. 137-a’, somente um aluno reingressou no ano seguinte 1929 no 2º ano do curso primário.

No entanto, surge uma questão: De que maneira, ao ser eliminado em 1928 no 1º ano, ele reapareceu em 1929 cursando o 2º ano? Novamente, pode ser que tenha se transferido para outra escola, cursado o 1º ano nela com sucesso e depois retornado ao Grupo Escolar “Francisco Glicério”. Mas, trata-se apenas de uma suposição, não foram localizados indicativos de que isto realmente tenha ocorrido. Porém, ao realizarmos o levantamento dos dados deste aluno, constatamos a existência de dois nomes iguais, ou dois alunos diferentes com nomes iguais; ou ainda, duas matrículas para o aluno Z35:

1º A (1928) - *Aluno Z35-1*: nascimento (6-4-920, 7 anos); naturalidade (Campinas); nome⁸, profissão, naturalidade do pai (pai de Z35-1, operário, brasileiro), endereço (R. P. Vieira, 65); ano de ingresso (20-4-928); data/ motivo da eliminação (31-5-928/’Art. 137-a’).

2º C (1929) - *Aluno Z35-2*: nascimento (11-8-918, 10 anos); naturalidade (Campinas); nome, profissão, naturalidade do pai (pai de Z35-2, pedreiro, brasileiro), endereço (R. B. Constant, 22); ano de ingresso (1-2-929); data/motivo da eliminação (30-4-929/’Art. 137-a’).

Foram identificadas divergências, primeiro quanto às datas de nascimento e idades; depois, nomes, profissões e naturalidade dos pais; por último, houve divergências nas datas de ingresso, e as datas das eliminações que não coincidem.

Apesar das informações divergirem tanto, ainda assim, é presumível que seja o mesmo aluno. Mas não podemos deixar de considerar, outra possibilidade e que nos parece mais complicada: O mesmo nome para alunos diferentes. Se assim for, indagamos sem resposta sobre o que teria acontecido com o primeiro aluno depois de eliminado em maio de 1928. E o que teria acontecido com o segundo aluno antes de 1929, que não cursou o 1º ano no 1º Grupo Escolar “Francisco Glicério”? Sendo diferentes, qual seria a origem e o fim de

⁸N. As. – Nome do pai do aluno foi substituído por “pai de Z35-1” e “pai de Z35-2” a fim de se omitir sua identificação.

cada um no ensino primário que tentou/tentaram cursar? São trajetórias que não pudemos mapear...

Eliminações 1º B - seção masculina – matrícula suplementar

Tabela 9 - Eliminações pelo 'Art. 137, I. a' e 'Art. 137-a'/ 1º B - Matrícula suplementar.

G. E. "Francisco Glicério"- Campinas				
1º B - Eliminados em 1928 pelo 'Art. 137-a' e 'Art. 137, I. a' que reingressaram (ou não) no curso - seção masculina - matrícula suplementar				
nº na matrícula	nome	motivo	ano de reingresso	ano do curso
1	Aluno Z38	Art.137-a		

Obs.: nos anos que não aparecem na tabela não houve registro do aluno no livro de matrícula

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

De acordo com a tabela acima, do aluno do 1º B ingressante e eliminado em 1928 pelo 'Art. 137-a', não houve reingresso. Ao ser eliminado logo no mesmo ano de ingresso e não mais constar dos livros de matrículas posteriores a 1928, é válido considerar que o mesmo não concluiu o curso neste estabelecimento de ensino.

Eliminações 1º C - seção masculina – matrícula suplementar

Tabela 10 - Eliminações pelo 'Art. 137, I. a' e 'Art. 137-a'/ 1º C - Matrícula suplementar.

G. E. "Francisco Glicério"- Campinas				
1º C - Eliminados em 1928 pelo 'Art. 137-a' e 'Art. 137, I. a' que reingressaram (ou não) no curso - seção masculina - matrícula suplementar				
nº na matrícula	nome	motivo	ano de reingresso	ano do curso
1	Aluno Z39	Art.137-a		
2	Aluno Z40	Art.137-a		
3	Aluno Z41	Art.137-a		
4	Aluno Z42	Art.137-a		

Obs.: nos anos que não aparecem na tabela não houve registro do aluno no livro de matrícula

Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

Para os alunos listados na tabela referente ao 1º C da seção masculina que ingressaram em 1928 e também foram eliminados nesse mesmo ano, não houve reingressos. Todos os alunos desta tabela, não só não conseguiram cursar como, por conseguinte, não conseguiram concluir o ensino primário no 1º Grupo Escolar de Campinas/SP.

Sobre os meninos - alunos reprovados as indagações realizadas, com base nas amostragens, revelaram índices elevados de repetências e evasões logo nos primeiros anos do curso (1º e 2º ano), decrescendo à medida que caminhavam para os anos finais (3º e 4º), visto que, a quantidade de alunos que continuava persistindo em aprender os conteúdos da escola, também diminuía, mas ainda continuava ocorrendo. As altas taxas de repetências e evasões apontam para o fato de que esses alunos enfrentaram muitas dificuldades enquanto tentaram se alfabetizar - *sem consegui-lo?*⁹

As Repetências, em relação às *matrículas iniciais*, ocorreram para maior número de alunos e, em maior número de vezes, logo nos anos iniciais, 1ºs e 2ºs anos do curso. Após esses anos, continuaram a acontecer, mas com número menor de alunos, visto que já era reduzida a quantidade de alunos frequentando o curso; para as *matrículas suplementares*, as repetências ocorreram até 4 vezes para os 1ºs anos, 2 vezes para os 2ºs anos, 1 vez para os 3ºs e 1 vez para dois grupos de alunos do 4º ano. Ou seja, o número de reprovações, em ambas as categorias de matrículas – iniciais e suplementares, nos anos iniciais, era alarmantemente alto.

As evasões ocorriam de um ano para o outro e com maior incidência se comparadas às reprovações. Conforme as tabelas referentes às quantidades de alunos, cujos nomes deixavam de constar nos livros de matrículas, os números eram bem significativos. Expressavam um abandono silencioso, pouco a pouco, ano a ano, sem que os motivos dos mesmos fossem registrados.

É importante assinalar também que as eliminações em geral davam-se pelo ‘Artigo ‘Art. 137 – a’, impreterivelmente, apenas nos dois primeiros anos do curso (1º e 2º), permitindo reingressos e novas eliminações nos anos seguintes pelos mesmos motivos, seguidas ainda de outros, como ‘mudanças’, ‘faltas’, ‘a pedido’ e ‘indisciplina’. Tais ocorrências nos permitem inferir sobre a efetiva assiduidade desses meninos, que continuavam frequentando o curso, pois as faltas representavam um número muito pequeno das eliminações. Eliminações por motivo de ‘mudança’ e ‘a pedido’ eram comunicadas à

⁹N. As. – Embora esses alunos tenham tido uma trajetória de insucesso no grupo escolar, não foram encontrados dados indicativos de que, ao abandonarem o Grupo Escolar “Francisco Glicério”, tenham se transferido para outro tipo de escola da época, cujo currículo não fosse tão complexo quanto o dos grupos escolares.

instituição, oficializando a saída da criança. Portanto, eram alunos que só se ausentavam da escola com/por razões informadas formalmente.

Diante de tantas repetências e evasões, quais teriam sido os impedimentos para que esses alunos tivessem permanecido nesta escola e concluído o curso mínimo de alfabetização?

Algumas suposições são elencadas como possibilidades: “[...] **necessidade do braço infantil nos trabalhos agrícolas por ocasião das colheitas**” (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1926, p. 251). Sobretudo nas safras do café e do algodão.

É realmente impressionante a deserção escolar verificada principalmente no interior. Certamente encontramos aqui as consequências de problemas de natureza socioeconômica, como a **mobilidade das populações**, sobretudo **nas épocas de colheitas**. (ANTUNHA, 1976, p. 110).

Também “[...] a **má qualidade do ensino** ministrado nas escolas, preparo deficiente dos professores, falta de uniformidade em sua formação [...]” (ANTUNHA, 1976, p. 156).

O desdobramento dos horários de aula nos grupos escolares. [...] embora o **desdobramento**¹⁰ fosse uma medida necessária para atender a crescente demanda de educação primária criou inúmeros problemas que refletiram negativamente no rendimento escolar. (ANTUNHA, 1976, p. 105-106).

O **desdobramento** veio disseminar o ensino primário e combater o analfabetismo, mas reduziu o período escolar nos grupos desdobrados, dificultando a execução do programa de ensino e a redução do tempo das funções escolares. (ANUÁRIO DE ENSINO 1910/1911 apud ANTUNHA 1976, p. 247).

E ainda, “[...] os grupos escolares, sofreram [...] pressões decorrentes da necessidade de se **massificar o ensino** [...] tudo isso leva naturalmente a um rebaixamento do nível de rendimento escolar e da disciplina” (ANTUNHA, 1976, p. 75); “[...] **o curso primário era um curso difícil**” (SOUZA, 1998a, p. 185). O curso era considerado difícil devido ao extenso programa com o qual se compunha o ensino primário para aquela época.

A seguir apresentamos o quadro síntese com o programa de ensino para os Grupos Escolares.

¹⁰“Política de desdobramento implantada pelo Estado de São Paulo desde 1908. “Esta medida visava ampliar o número de vagas nos grupos escolares implicando a duplicação dos turnos de funcionamento das escolas e a redução da jornada escolar de 5 para 4 horas diárias. Ela atingiu, inicialmente, os estabelecimentos da capital e se propagou pelos grandes centros urbanos do Estado de São Paulo”. (SOUZA, 1999, p. 112).

Programa de ensino para os Grupos Escolares:

Quadro 1 - Programa de ensino para os Grupos Escolares – sintetizado.

Síntese do programa de ensino para os Grupos Escolares do estado de São Paulo			
Tabela comparativa do 1º, 2º, 3º e 4º ano.			
1.º ANNO		2.º ANNO	
1. Leitura	9. Instrução moral e cívica	1. Leitura	9. Ciências físicas e naturais.
2. Linguagem oral	10. Ciências físicas e naturais	2. Linguagem oral	10. Música
3. Linguagem escrita	11. Música	3. Linguagem escrita	11. Desenho
4. Calligraphia	12. Desenho	4. Calligraphia	12. Trabalho manual
5. Arithmetica	13. Trabalho manual	5. Geometria	a) Alinhavos em cartão, executados a cores, sobre modelos diversos, representando figuras de animais, flores e outros motivos decorativos.
6. Geometria	14. Exercícios gymnásticos	6. Geographia	b) Modelagem de objetos usuais. Secção feminina: c) Crochê, pontos, alinhavos, pospontos, pospontos no claro, pontos fechados e abertos, pontos de remate. Preparação e modo de franzir. Franzidos duplos.
7. Geographia.	–	7. Historia do brasil	13. Gymnastica
8. Historia do brasil	–	8. Instrução cívica e moral	–
3.º ANNO		4.º ANNO	
1. Leitura	9. Instrução moral e cívica	1. Leitura	9. Instrução moral e cívica
2. Linguagem oral	10. Economia domestica	2. Linguagem oral	10. Educação domestica e puericultura
3. Linguagem escrita	11. Ciências físicas e naturais - hygiene	3. Linguagem escrita	11. Ciências físicas e naturais - hygiene
4. Calligraphia	12. Música	4. Calligraphia	12. Musica
5. Arithmetica	13. Desenho	5. Arithmetica	13. Desenho
6. Geometria	14. Trabalhos manuaes	6. Geometria.	14. Trabalho manual
7. Geographia	15. Gymnastica	7. Geographia	15. Gymnastica
8. Historia do brasil	-	8. Historia do brazil	-

Fonte: Dados coletados no Decreto n. 2.944 de 8 de agosto de 1918 e organizados por SRC.

Além de um currículo extremamente abrangente, as aulas ocorriam de segunda a sábado. O método que se utilizava era o método intuitivo, determinado pelo Estado. De acordo com Souza (1998b, p. 159), o método intuitivo “consistia na valorização da intuição como fundamento de todo conhecimento, isto é, a compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação”.

Com esse modelo de ensino, procurava-se superar o modelo considerado “tradicional” (do ler, escrever e contar) que formava:

Alunos com domínio insuficiente de leitura e escrita e com noções de cálculo insatisfatórias, principalmente pelo fato de alicerçar a aprendizagem exclusivamente na memória, priorizar a abstração, valorizar a repetição em detrimento da compreensão e impor conteúdos sem exame e discussão [...] a instrução parece dedicada a fazer com que as crianças 'aprendam hoje para compreender amanhã' e que os professores 'admiram a criança que fala como um livro e responde como um oráculo, pouco importando se ela não compreende a questão nem a pergunta. (VALDEMARIN, 1998 apud SOUZA, VALDEMARIN, ALMEIDA, 1998, p. 83, apud TEIXEIRA Jr., 2011, p. 22).

Por conta dessa abrangência e demanda de exigências contidas nesse amplo currículo, pode-se pensar na hipótese de que muitas crianças apresentavam dificuldades nessa aprendizagem, o que poderia ocasionar tantas reprovações e desistências.

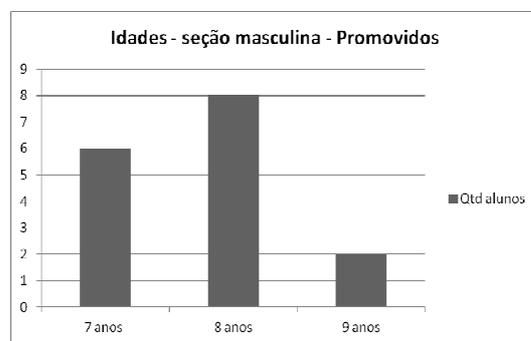
Por certo, podem ser diversas as razões que justificam números tão elevados de repetências e evasões para aquele momento. Aqui são apresentadas apenas algumas possibilidades, mas, não há como comprovar qualquer uma delas.

OS MENINOS – ALUNOS MATRICULADOS E PROMOVIDOS – QUE CONSEGUIRAM CONCLUIR O ENSINO PRIMÁRIO

Conforme já dito anteriormente, as informações contidas nos Livros de Matrículas consultados não são tão pontuais sobre as passagens escolares dos meninos – alunos do Grupo Escolar “Francisco Glicério” entre 1928 a 1935. Como não há uma regularidade do registro de dados para todos os alunos que cursaram o 4º ano do ensino primário (tipo: se ao final, cada um foi promovido ou conservado), pairou a dúvida sobre aqueles que não tinham essas observações contidas nos livros de matrículas. Ou seja, se realmente tinham concluído o curso. Para esclarecer essas dúvidas foi necessário consultar os livros de Atas de Exames Finais, nos quais foram localizados alguns nomes, que geraram uma tabela com os nomes dos alunos promovidos. A partir dessa tabela, efetuamos a elaboração dos seguintes gráficos:

Gráfico – Idades – seção masc. – (Promovidos) matrículas iniciais e suplementares

Gráfico 5 - Idades – seção masc. – (Promovidos) matrículas iniciais e suplementares.

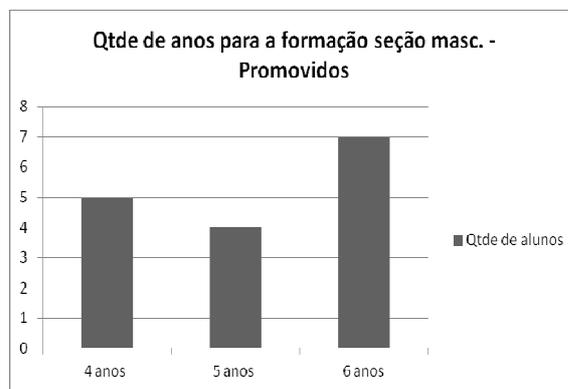


Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

De acordo com o gráfico acima, havia variedade na faixa etária daqueles alunos (7 e 9 anos), contudo, prevalecia o ingresso aos 8 anos.

Gráfico – Quantidade de anos para a formação – seção masc. – (Promovidos) matrículas iniciais e suplementares

Gráfico 6 - Quantidade de anos para a formação – seção masc. – (Promovidos) matrículas iniciais e suplementares.

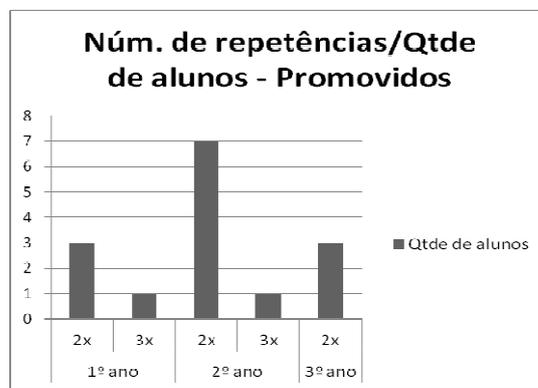


Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

De acordo com o gráfico acima, a maioria dos alunos demorou 6 anos para concluir o curso, seguidos de alunos que levaram 5 anos, e apenas cinco alunos concluíram o curso em quatro anos - prazo estabelecido pela legislação.

Gráfico – N° repetências – seção masc. – (Promovidos) matrículas iniciais e suplementares

Gráfico 7 – N° de repetências – seção masculina – (Promovidos) matrículas iniciais e suplementares.



Fonte: Dados coletados nos livros de matrículas da seção masculina e organizados por SRC.

O gráfico referente aos números de repetências mostra que 3 alunos reprovaram 2 vezes o 1º ano e um reprovou 3 vezes; 7 alunos reprovaram 2 vezes o 2º ano, um reprovou 3 vezes; e por fim, 3 reprovaram 2 vezes o 3º ano.

Sobre os meninos – alunos promovidos, diplomados, pode-se dizer que, mesmo concluindo o curso, enfrentaram muitas dificuldades ao longo de suas trajetórias escolares. Dos 16 alunos¹¹ promovidos no 4º ano do curso, cinco não reprovaram, 4 reprovaram pelo menos um ano, 7 reprovaram até dois anos, o que reforça o argumento de que a carga curricular/ensino enciclopédico exigia muito esforço e dedicação por parte desses alunos, ou o trabalho infantil tolhia-lhes tempo e forças para uma maior e melhor dedicação aos estudos.

Entretanto, não podemos deixar de questionar: - quais teriam sido as táticas¹² utilizadas por esses meninos, alunos e/ou suas famílias, ao se apropriarem¹³ dos conteúdos ensinados pela escola? Embora tenham concluído o curso, reprovaram diversas vezes, diversos anos. O que possuíam de diferente que representou vantagem em relação aos outros meninos, àqueles alunos que ficaram pelo caminho, que reprovaram, evadiram ou foram eliminados nesse processo de escolarização?

¹¹N. As. - Ingressaram no ensino primário do Grupo Escolar “Francisco Glicério” de Campinas um total de 175 alunos em 1928.

¹²“Em suma, a tática é a arte do fraco. [...] Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso” [...]. CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

¹³Apropriação, segundo Chartier (1989, p. 26-27), “tem por objetivo uma história social das interpretações, [...] inscritas nas práticas específicas que as produzem. [...] as inteligências não são desencarnadas, [...] as categorias [...] devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PAULISTA

Após a apresentação dessas análises, referentes aos dados explicitados sobre o ensino primário oferecido pelo Grupo Escolar “Francisco Glicério” no período de 1928 a 1935, cabe sublinhar que a pesquisa relatada revelou **forte correspondência e ressonância** com a situação existente e vivida no estado de São Paulo, relativa à instrução pública no período em que antecedeu, transcorreu e que fundamentou a Reforma de 1920 da qual se tratará adiante.

Quanto à educação no Estado de São Paulo, no período anterior à Reforma de 1920, de acordo com Antunha (1976), fazia-se necessário uma rápida expansão da rede de ensino primário de boa qualidade. Tal demanda não só solicitava a criação de novas escolas como também seria a responsável por provocar o aumento das despesas com a instrução pública. De acordo com este autor, os Grupos Escolares eram estabelecimentos (mais) dispendiosos (que as escolas isoladas¹⁴), uma vez que os professores dos grupos tinham melhor remuneração, se comparados aos professores de outros tipos de escolas, tal como as escolas isoladas. Entretanto, o prestígio alcançado pelos Grupos Escolares, quanto ao ensino que ofereciam, fazia com que a população solicitasse o aumento do número desses estabelecimentos.

No final da primeira década do século XX, o aumento no número de matrículas dava-se mais rápido do que a criação de novos grupos escolares e de novas classes nos mesmos, fazendo surgir o sistema de desdobramento de turno nestes estabelecimentos. Dessa forma, o Decreto 248 de 26 de julho de 1894 estabelecia para os Grupos Escolares uma organização ideal, ou seja, com 8 classes, duas para cada ano, e uma para cada sexo em cada ano – proporcionando certo equilíbrio entre os números de classes dos diversos graus, e isto implicaria na inexistência dos problemas de reprovação e deserção escolar. Entretanto, de acordo com Antunha (1976), a realidade era contraditória ao que pregava a legislação, havia uma maioria de alunos nas classes de graus inferiores, com a diminuição da população escolar nas classes mais avançadas. Diante disso, de acordo com o Decreto 1.216 de 27 de abril de 1904, foi instituído cinco anos de duração para o curso primário nos Grupos Escolares.

Essa tentativa de ampliação não vingou e o curso primário com cinco anos de duração foi extinto por duas razões: a primeira devido ao reduzido número de alunos frequentando o ano superior do curso; a segunda, de acordo com o Anuário de Ensino de

¹⁴“As escolas isoladas constituíam-se em unidades escolares não agrupadas, com um único professor ministrando a instrução para crianças de diversas idades e avanço escolar heterogêneo. Na zona rural, a preferência para a localização dessas escolas era dada aos núcleos coloniais tendo em vista a preocupação do Estado com a nacionalização do colono imigrante. Essas escolas possuíam programas de ensino mais simplificados e a duração do curso reduzida o que lhes dava o caráter de uma escola alfabetizante – ler escrever e contar eram os itens essenciais do programa” (Souza, 1998, p. 62).

1911/1912, citado em Antunha (1976), fazia-se urgente a criação de novas classes de primeiro ano para tirar do analfabetismo inúmeras crianças privadas de instrução. Resultou que a extinção legal do 5º ano do Grupo Escolar se efetivou por meio de um progressivo processo de despovoamento das classes de 3º e 4º anos e do aumento das matrículas nas classes de 1º e 2º anos.

Assim, embora não se possa naturalmente dizer que os grupos escolares ficaram reduzidos a uma escolaridade de dois anos – o que não representaria o que efetivamente ocorreu – a verdade é que, na prática, a maioria de seus alunos não adquiria uma formação superior a essa. Se fôssemos estabelecer uma pirâmide das matrículas dos grupos escolares, principalmente na segunda década do século XX, observaríamos sem dúvida, com os dados de que dispomos, que essa pirâmide não diferia substancialmente da atual, representando-se graficamente com uma larga base correspondente ao primeiro ano, com um estrangulamento brusco a partir do segundo, e um afinilamento extraordinário logo em seguida para terminar em ponta nas conclusões de curso. (ANTUNHA, 1976, p. 74).

Segundo este autor, a reprovação no 1º ano e a deserção escolar no 2º ano do curso significava, na prática, que a maioria das crianças não ultrapassava o 2º ano de escolaridade. Fato este que teve grande importância na concepção da Reforma de 1920, que procuraria manter essa tendência tornando obrigatória a escolaridade que se realizava na prática pela maioria das crianças e estendia os benefícios dessa escolaridade mínima a todas as crianças em idade escolar, desobrigando o Estado a manter os 3º e 4º anos frequentados por uma minoria. Essa massificação do ensino nos Grupos Escolares afetou sua organização e funcionamento. O aumento do número de alunos e classes (dos graus inferiores) levou ao desdobramento dos períodos, diminuindo o tempo de aula, o que conseqüentemente rebaixou o nível do rendimento e da disciplina.

A REFORMA DE 1920, UM AVANÇO?

Frente ao problema de como extinguir no estado de São Paulo o grande número de analfabetos, sem aumentar significativamente as despesas do Estado com a instrução pública, Sampaio Dória apresentou uma solução técnica, na qual ao invés de proporcionar escola completa de 4 anos para apenas uma metade da população em idade escolar e deixar a outra metade sem nada, o mais democrático a ser feito seria/foi equilibrar a situação. Ou seja, um pouco para todos ao invés de muito para poucos. A solução dada ao problema foi proporcionar a todas as crianças uma escola com duração reduzida, um “novo tipo de escola aligeirada” (ANTUNHA, 1976, p. 180).

Essa medida foi apresentada em 29 de abril de 1920 com a posse de Sampaio Dória no cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública. Como indicador “para conhecer [...] a determinação exata do número de analfabetos em idade escolar; a determinação dos lugares onde se achavam [...] nasceu o recenseamento escolar” (ANTUNHA, 1976, p. 185). Este censo revelou que do total de crianças, com idade de 7 a 12 anos, residentes no Estado de São Paulo, pouco mais de 1/3 estava matriculada em escolas particulares e públicas e 2/3 permanecia sem receber qualquer espécie de instrução, o que revelava gravidade muito maior do que se supunha até então.

A reforma objetivava “a reorganização do sistema público de ensino a fim de permitir uma distribuição equitativa dos benefícios da educação a todas as crianças paulistas” (ANTUNHA, 1976, p. 164). Daí o curso primário ter sido reduzido a dois anos de duração com duas horas e meia de aulas diárias.

Na luta contra o analfabetismo empreendida com a Reforma de 1920, as principais medidas introduzidas pela Lei 1750 e pelo Decreto 3356 no sentido da rápida e total extinção do analfabetismo foram: 1) Redução do ensino primário a 2 anos e a consequente criação do ensino médio de 2 anos de duração correspondendo ao 3º e 4º anos primários, então extintos; 2) Redução da obrigatoriedade e gratuidade da frequência escolar primária. As crianças legalmente obrigadas a frequentar o curso primário de 2 anos passaram a ser apenas de 9 e 10 anos de idade; 3) Isenção aos pobres das taxas em todos os graus do ensino; 4) Crianças de 7 e 8 anos deixavam de ser obrigadas a frequência escolar e mais do que isso não lhes seria permitido o ingresso nas escolas públicas antes de completarem 9 anos de idade. (ANTUNHA, 1976, p. 162).

Conhecida também como Reforma Sampaio Dória, a Reforma de 1920, segundo Antunha (1976) foi instituída pela Lei 1750, de 6 de dezembro de 1920 e regulamentada pelo Decreto 3356, de 31 de maio de 1921. Sendo derogada com a Lei 1999 de 19 de dezembro de 1924. “Um simples ato do executivo, o Decreto 3858 de 11 de junho de 1925, derrubou a lei de 1750” (ANTUNHA, 1976, p. 198-199).

RETROSPECTIVA

Para maior compreensão, vale retomar que o Decreto 248 de 26 de julho de 1894, que instituiu a criação dos Grupos Escolares, pontuava que o ensino paulista estava dividido em *preliminar*, com quatro anos de duração, e em *complementar*¹⁵, também com quatro anos. O curso preliminar destinava-se à educação de alunos de ambos os sexos, entre 7 e 12 anos de idade. Apesar dessa delimitação, a matrícula para maiores de 12 anos não estava proibida,

¹⁵O curso complementar representava a continuação e o término dos estudos iniciados no curso preliminar. .

pois a presença e a frequência dos alunos eram facultadas até os 16 anos. Entretanto, ocorreram mudanças na estrutura do sistema paulista de ensino com a implementação da Lei n. 1750 de 8 de dezembro de 1920 e no Decreto n. 3356, de 31 de maio de 1921 que a regulamentou, alterando esse limite na faixa etária para a alfabetização das crianças.

[...] A mensagem do Presidente do Estado de 4 de novembro de 1920 [...] propunha ainda, textualmente: são obrigadas à frequência escolar gratuita as crianças de 7 e 8 anos de idade, sendo facultada a matrícula às idades seguintes.

Sete dias após o envio dessa mensagem, em data de 11 de novembro de 1920, o projeto de lei que tomou o número 47, estabeleceu em seu título III, artigo 4º, que seriam obrigadas à frequência escolar gratuita as crianças de 9 e 10 anos de idade, sendo facultada, nas vagas, a matrícula às outras idades. (ANTUNHA, 1976, p. 229-230).

A regulamentação do artigo 4º da lei 1750, feita pelo artigo 9º do decreto 3356 de 31 de maio de 1921 e que estipulava que, depois de matriculadas as crianças de 9 e 10 anos nas respectivas escolas, poderão ser preenchidas as vagas verificadas, de preferência, por crianças analfabetas de 11 e 12 anos de idade, foi [...] a causa mais direta da demissão de Sampaio Dória. (ANTUNHA, 1976, p. 230).

[...] se o afastamento dessas crianças realmente ocorreu durante um certo tempo, a verdade é que o insucesso da medida deve ter feito os reformadores recuarem desse propósito, relaxando as exigências iniciais. Sampaio Dória menciona que, no ano de 1923 foi proibida matrícula às crianças de menos de 9 anos e o jornal O Estado de São Paulo em sua edição de 2 de maio de 1924, informava que quem possui recurso não espera os filhos chegarem a essa idade para lhes ensinar a ler, manda-os aos 7 anos para qualquer escola particular. (ANTUNHA, 1976, p. 230).

A reprovação no 1º ano [...] que se tornou grave problema nos Grupos Escolares [...] bem como a deserção escolar que se processava principalmente após o 2º ano de curso, iriam significar que, na prática, a maioria das crianças não ultrapassava o 2º ano de escolaridade [...]. Este fato teria uma importância muito grande na concepção da Reforma de 1920, que procuraria levar essa tendência às últimas consequências: manter como obrigatória apenas a escolaridade que na prática era a realizada pela maioria das crianças e estender os benefícios dessa escolaridade mínima a todas as crianças em idade escolar; desobrigar o Estado da responsabilidade de manter os anos de estudo posteriores (3º e 4º ano), frequentados por uma minoria de privilegiados. (ANTUNHA, 1976, p. 75).

[...] os grupos escolares foram os estabelecimentos que maiores modificações sofreram com a Reforma. [...] quão difícil deve ter sido ajustar, em pouco tempo, os grupos às principais revisões de estrutura advindas da redução do curso primário a dois anos e da transformação das classes de 3º e 4º anos, em classes de curso médio e da mudança de idade obrigatória para 9 e 10 anos. (ANTUNHA, 1976, p. 193-194).

Sabe-se que a frequência escolar aumentou sensivelmente no período da Reforma, os alunos em idade escolar foram realmente obrigados a frequência sendo muitas vezes aplicadas as penalidades legais. [...] um caso ocorrido na fazenda Dumont em Ribeirão Preto/SP fez com que se aplicassem as penalidades legais de multa aos pais que não enviassem seus filhos à escola [...] A notícia repercutiu, e desde então, as faltas eram logo justificadas pelos próprios pais que compareciam a escola para justificar o motivo do não comparecimento de seus filhos. (ANTUNHA, 1976, p. 188).

RETROCESSO?

Antunha (1976) coloca que a “reprovação de crianças de 1º ano era muito elevada [...] Desta forma, praticamente a metade das crianças de 1º ano dos grupos escolares do Estado era retida. [...] As conclusões de curso eram verdadeiramente irrisórias [...]” (ANTUNHA, 1976, p. 108). O autor diz ainda que “[...] o ensino dos grupos escolares era profundamente seletivo e de relativamente baixo rendimento, na medida que os alunos tendiam a acumular-se nos primeiros anos de escolaridade e dificilmente ascendiam aos mais elevados” (ANTUNHA, 1976, p. 106).

Na mesma linha, Dória já enfatizara que “[...] a escola urbana de quatro anos tal como tínhamos antes da Reforma, é a mais pura, a mais acabada ideologia delirante. É um aparelhamento que não alcança, nem pode jamais alcançar os fins que visava” (DÓRIA, 1923, p. 299 apud CAVALIERE, 2003, p. 34).

A Reforma de 1920, regulamentada pelo Decreto 3.356, que passou a vigorar em 31 de março de 1921, continuou sendo implementada pelo sucessor de Sampaio Dória, Guilherme Kuhlmann, após a exoneração do primeiro do cargo de diretor geral da instrução pública. Somente em dezembro de 1925, pelo decreto 3.858, se restituiu o antigo quadro - existente antes da Reforma de 1920. Portanto, o ensino primário reduzido a dois anos para crianças com idade entre 9 e 10 anos, como pregava a Reforma de Sampaio Dória, foi reconfigurado conforme ditava o “Artigo 18. – § 1.º - [...] quatro anos de curso nos grupos escolares, [...]; § 2.º - O ensino primário é obrigatório e gratuito para crianças de ambos os sexos de 7 a 12 anos de idade” (Decreto 3.858 de 11 de junho de 1925).

Para alguns, contrários ao que decretou a *Reforma de 1925*, a mesma “foi considerada um retrocesso, recebendo de Lourenço Filho a designação irônica de um movimento ‘rumo ao passado’” (CAVALIERE, 2003, p. 38).

De acordo com as amostragens desenvolvidas para esta pesquisa (no período circunscrito entre 1928 a 1935), pode-se constatar que restituir para quatro anos a duração do ensino primário não alterou o problema com os altos índices de reprovação e deserção escolar. Após os dois primeiros anos do curso, o número mínimo de alunos concluintes do curso; e, em especial, o acúmulo de alunos nos primeiros anos e o difícil acesso dos mesmos aos anos mais elevados continuaram. Ou seja, a Reforma - medida paliativa para um sério problema, pouco tempo durou, e, quando terminou, devolveu para a população a mazela já existente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto buscou-se apresentar como esse quadro, existente no período anterior e durante a Reforma de 1920 e que continuou a persistir nos Grupos Escolares, se apresentou no movimento interno do Grupo Escolar “Francisco Glicério”, de Campinas, a partir, sobretudo, do estudo nos documentos do Arquivo Histórico da instituição.

Viñao (2006) ao se manifestar sobre o fato de as reformas se sucederem em “movimento pendular de avanços e retrocessos”, sem alterar o que de fato acontece no interior das instituições educativas e, em especial, nas aulas, pondera:

[...] en el mejor de los casos, sólo constituyen una muestra de las buenas intenciones de los reformadores en relación con la mejora del sistema educativo y en el peor una cortina de humo para distraer a los actores implicados – profesores, alumnos, padres, sindicatos, etc. – y ocultar la ausencia de una política efectiva de mejora” (VIÑAO, 2006, p. 85).

Se para o desenvolvimento desta pesquisa se considerou a interlocução com os estudos sobre cultura escolar e, em especial, as culturas escolares, cabe ressaltar que, embora o mesmo se restrinja a uma instituição específica e, em período determinado, prossegue carregando os traços do coletivo. Deste modo, com o presente trabalho, constatou-se a ocorrência de elevados índices de repetência e evasões durante as trajetórias escolares desses meninos - alunos do Grupo escolar “Francisco Glicério” de Campinas.

Dessa forma, se para as *possíveis* justificativas apresentadas em relação à ocorrência de números tão altos de repetências e evasões não foram encontradas referências mais incisivas que nos permitissem afirmá-las como motivos reais e/ou principais, por outro lado, o estudo na documentação escolar deixou o indicativo do quanto ainda há para se investigar sobre a educação campineira nos arquivos escolares. Outrossim, reforça a afirmação da importância em se recuperar e preservar os arquivos históricos das antigas instituições públicas de ensino.

No caso do 1º Grupo Escolar de Campinas, o Grupo Escolar “Francisco Glicério”, que guarda muitas histórias em seu Arquivo Histórico Documental sobre a educação campineira; muito ainda há para se interrogar e buscar, em especial, na ampliação do repertório das fontes, em suas diferentes modalidades apontando para possíveis reconstruções históricas no âmbito da história da educação. O estudo permite ponderações, a partir do presente, das quais se pode abstrair: - se a bandeira da educação pública nos mobiliza; o espectro da evasão e da repetência ainda nos assola.

REFERÊNCIAS

ANTUNHA, H. C. G. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo: a reforma de 1920**. São Paulo: FEUSP, 1976. (Estudos e Documentos).

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Movimento escolar**. São Paulo: Irmãos Ferraz, 1926, p. 251-252. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/revistas/AEE19260000.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

ARQUIVO histórico do Primeiro Grupo Escolar de Campinas: Grupo Escolar “Francisco Glicério”. **Livro de Matrícula** 1928. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1929. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1930. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1931. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1932. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1933. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1934. Seção masculina. Campinas.

_____. **Livro de Matrícula** 1935. Seção masculina. Campinas.

_____. **Registro de Promoções dos alunos** 1928, 1929, 1931, 1932 e 1933. Campinas.

CAVALIERE, A. M. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan/jun. 2003.

CASON, S. R. **Mapeando trajetórias: os alunos do 1º Grupo Escolar de Campinas 'Francisco Glicério' entre os anos de 1928 a 1935**. 2014. 250 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

CERTEAU, M. de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 65-122.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun.2001.

MENEZES, M.C. (coord.) et al. **Inventário histórico documental: Escola Normal de Campinas (1903-1976)**. De Escola Complementar a Instituto de Educação. Campinas, SP. FE/UNICAMP, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 248 de 26 de julho de 1894**. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto_n.248_de_26.07.1894.html>. Acesso em 12.03.2013.

_____. **Decreto 1.216, de 27 de abril de 1904**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1904/decreto-1216-27.04.1904.html>> Acesso em: 05/04/2013.

_____. **Decreto n. 2.944, de 8 de agosto de 1918**. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1918/decreto-2944-08.08.1918.html>> Acesso em: 15/03/2013.

_____. **Decreto n. 3.858, de 11 de junho de 1925**. Decreto do ensino em geral. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1925/decreto_n.3.858_de_11.06.1925.html>. Acesso em 28 de julho de 2013.

_____. **Decreto n. 4.101, de 14 de setembro de 1926**. Regulamenta a lei n. 2.095, de 24 de Dezembro de 1925, que, aprovando, com modificações, o Decreto n. 3858, de 11 de Junho de 1925, reforma a Instrução Pública do Estado. Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1926/decreto-4101-14.09.1926.html>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

SOUZA, R. F. de. A Difusão da Escola Primária em Campinas. In: NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et al.]. **Memórias da educação: Campinas (1850-1960)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Campiniana, n. 20).

_____. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1998a.

_____. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998b.

TEIXEIRA JUNIOR, O. **Representações e apropriações docentes do método intuitivo na educação paulista da primeira república (1890 – 1920)**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

VIÑAO, A. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares y Reformas: Continuidades y Cambios**. 2. ed. Madrid: Morata, 2006.

_____. A. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.0, p. 63-82, set./dez.1995.

_____. Fracasan las reformas educativas? In: **Educação no Brasil: história e historiografia**. Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). Campinas, SP: Autores Associados, SBHE, 2001, p. 21-52. (Coleção memória da educação).